

**É** sempre uma satisfação concluir a edição de um periódico. Após o longo percurso de seleção, revisão e aprovação dos textos, vê-los sendo apresentados à comunidade científica é uma alegria e uma responsabilidade. A alegria expande o espaço-tempo e justifica as eleições feitas. A responsabilidade cobra a superação dos erros, inevitáveis, a cada nova edição. E, nesse ritmo, encontra-se o volume 5 da revista Espaço Jurídico, que vem se superando a cada volume, buscando não apenas se inserir- dentre os periódicos científicos respeitáveis no âmbito nacional, mas também contribuir com a formação e atualização dos mais diversos profissionais, pesquisadores, docentes e estudiosos, sobretudo nessa seara tão rica e pouco explorada, na qual se encontra os Novos Direitos.

Falar em Novos Direitos tem sido, ao longo dos últimos anos, uma difícil tarefa. Não só pela imprecisão de sua área de concentração, como também pela insegurança de seu recorte epistemológico, isto é, dos temas que desafiam o paradigma dominante. Com efeito, trata-se de um novo olhar sobre o Direito e as ciências que o influenciam, uma tentativa de tornar real a multidisciplinaridade e de perceber que o novo não surge apenas pela nova roupagem, mas pelo rompimento com as antigas amarras, as velhas estruturas. Pensar o novo significa pensar o futuro, em todas as suas dimensões e perspectivas, seus impactos nos mais diferentes sistemas sociais, políticos, econômicos, jurídicos, nacional e internacional, enfim, na vida de todos os seres que habitam o planeta e sua interação direta ou indireta entre si. Uma inter-relação constante e imprecisa, como tudo que é novo.

Como dito, falar em Novos Direitos não é tarefa corriqueira. Enseja uma compreensão da nova dinâmica de produção do conhecimento, das novas tecnologias envolvidas, do papel que deve desempenhar o Estado e o Direito no século XXI. Enseja, enfim, uma visão global, sistêmica e integrada do mundo, até então facelado, compartimentalizado, aos pedaços. Nesse intuito, a revista Espaço Jurídico visa fomentar o debate em prol de alguns dos temas jurídicos contemporâneos que têm assolado o Brasil, nas mais distintas áreas do saber. Pode, novamente, contar com a participação de brilhantes pesquisadores, cujo trabalho comprometido e dedicado encontra-se aqui publicado, nas temáticas sobre: a violação dos direitos da criança e do adolescente no cenário nacional; a discussão dos direitos humanos, a partir da Reforma do Judiciário; a evolução da dominialidade das águas no Brasil, com ênfase nas águas subterrâneas; o espaço urbano e a sua relação entre a legislação urbanística e aspectos morfológicos, e, para concluir, a temática sobre o mandado de injunção e hermenêutica constitucional: velhas e novas leituras.

Certos de vossa receptividade a mais este número, desejamos a todos uma boa leitura.

Editor Profa. Dra. Danielle Annoni

Co-editor Profa. Ms. Karina Sartori  
espacojuridico@unoesc.edu.br

